

**DEFENSORIA PÚBLICA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA JANEIRO A DEZEMBRO/2016**

RGF-ANEXO 1(LRF, art.55, Inciso I, alínea "a")

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NAO PROC
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)</b>	<b>R\$ 142.589.405,95</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Pessoal Ativo	R\$ 114.120.685,25	-
Pessoal Inativo	R\$ 28.468.720,70	R\$0,00
Outras Despesas de Pessoal dec.de Contratos de terceirização	-	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II)</b>	<b>R\$ 28.505.567,18</b>	<b>R\$0,00</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 36.846,48	
Inativos com Recursos Vinculados	R\$ 28.468.720,70	-
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I-II)</b>	<b>R\$ 114.083.838,77</b>	<b>R\$0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV)=(IIIa + IIIb)</b>	<b>R\$ 114.083.838,77</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		<b>VALOR</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)		<b>R\$ 17.831.937.422,00</b>
% de DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI)=(IV/V)*100		<b>0,64%</b>
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art.20 da LRF) (Não Definido)		-
LIMITE PRUDENCIAL(Parágrafo Único, art.22 da LRF) (Não Definido)		-
LIMITE DE ALERTA (Inciso II do art.59 da LRF) (Não Definido)		-

## Notas

1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício.

2. NO item "PESSOAL ATIVO" constam as contribuições patronais do Regime Próprio de Previdência;

3. Exclui "Pensionistas" conforme Resolução N° 2230/10-TCE;

4. O Regime Previdenciário está composto pelo Regime Próprio dos Servidores denominado SUPSEC e Regime Previdenciário Servidor Exclusivo denominado RGPS/INSS.

-----  
Maria de Fátima de França Machado  
Gerente Financeira

-----  
Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública Geral do Estado do Ceará

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECÇÃO DO CEARÁ**

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
Secção do Ceará  
PAUTA DE JULGAMENTO N° 03/2017**

A Secretaria da Segunda Câmara de Julgamento da OAB-CE científica e intima os interessados (RI/OAB/CE, Art. 125) de que quinze dias da publicação desta, a partir do dia 09 de março de 2017, com início às 14h, serão julgados os seguintes processos: 01) Processo nº 8493/2013-0. Recorrente: P.F.N.L., OAB/CE: 15.894. Recorrido: J.2ª.V.F.S.J.C. Relator: Cons. Paulo Franco Rocha de Lima.02) Processo nº 171/2005-0. Recorrente: M.M.S., OAB-CE: 7.576. Recorridos: J.O.M e M.O.M.S. Relator: Cons. Cícero Cesar Quezado Fernandes. 03) Processo nº 3862/2008-0. Recorrente: M.A.S.M., OAB/CE: 7.753. Procuradora do Recorrente: V.M.L.S., OAB/CE: 18.195. Recorrido: A.C.G.A. Procuradores do Recorrido: R.N.A., OAB/CE: 14.732-B e L.P.A., OAB/CE: 27.928. Relator: Cons. Cícero Cesar Quezado Fernandes. 04) Processo nº 12037/2015-0. Recorrentes: T. C. C., OAB/CE: 12.796 e L.V.B.A., OAB/CE: 9.189. Recorridos: F.Z.S., OAB/CE: 19.215, F.S.G.A., OAB/CE: 18.476, D.S.N.R., OAB/CE: 19.995,